



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho.
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0200170-1

COMARCA : Recife – 1ª Vara de Entorpecentes
IMPETRANTE : Defensoria Pública Estadual - PE
PACIENTE : ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dra. Eleonora de Souza Luna

236

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 312 DO CPP. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO PARA O DE POSSE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NO ÂMBITO DO WRIT. ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE:

I. As circunstâncias do delito, o *modus operandi*, e os maus antecedentes do Paciente denotam a sua periculosidade, justificando a necessidade da segregação cautelar.

II. Para se acolher a tese de desclassificação do delito de porte ilegal de arma de fogo (art. 14 da Lei 10.826/03) para o de posse (art. 12 do Estatuto do Desarmamento), e posterior reconhecimento da absolvição sumária relativa a este último, necessário seria o exame aprofundado da prova, sendo inviável tal análise no âmbito do habeas corpus, devendo ser feito em sede de instrução criminal, de competência do Juízo singular.

III. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº 0200170-1, no qual figura como parte **ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS**. ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de 02 de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0200170-1

COMARCA : Recife – 1ª Vara de Entorpecentes
IMPETRANTE : Defensoria Pública Estadual - PE
PACIENTE : ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dra. Eleonora de Souza Luna

237

RELATÓRIO

Trata-se de Habeas Corpus liberatório, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, em favor de **ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS**, preso em flagrante delito no dia 07/05/2009, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito em exercício no Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça. O paciente responde ao processo nº 001.2009.112906-1, como incurso nas penas do art. 33, da Lei 11.343/06, em concurso material (art. 69, CP), c/c o art. 13 e 14 da Lei 10.826/03.

Postula o impetrante a concessão da liberdade provisória, com fundamento na ausência de justa causa para a prisão, constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, bem como requer a absolvição sumária pelo crime de posse de arma de fogo (fls. 02/16).

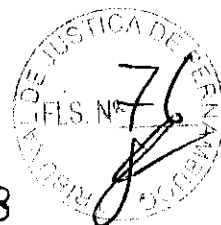
Afirma, ainda, que o paciente é primário, não possui qualquer condenação com trânsito em julgado, que foi supostamente capturado e acusado de armazenar 36 (trinta e seis) papелotes de maconha e uma arma, não se vislumbrando, pois, motivos para a presunção de sua periculosidade como garantia da ordem pública, pois não é contumaz delinqüente ou partícipe de bando ou quadrilha.

Junta à inicial de fls. 02/15, os documentos fls. 17/36, entre eles a Decisão que indeferiu a liberdade provisória proveniente do Mutirão Carcerário.

O provimento liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 43/44.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



238

A Autoridade coatora prestou informações às fls. 48/49, juntando cópia da Denúncia, fls. 50/52.

A Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, ofertou o parecer de fls. 56/67, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO

Conforme relatado, o presente Habeas Corpus com pedido liminar, foi impetrado por Dr. Francisco de Assis Nascimento Nóbrega em favor de **ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS**, requerendo a concessão da liberdade provisória do paciente com fundamento na ausência de justa causa para a prisão e o constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, bem como requer a absolvição sumária pelo crime de posse de arma de fogo.

Narra a Denúncia de fls. 50/52, que no dia 07.05.09, por volta das 09:00 horas, uma equipe de policiais, movida por denúncia telefônica, acerca da existência de tráfico de entorpecentes no Conjunto Singapura, onde reside o denunciado, apontado como responsável, dirigiram-se para o local, onde o denunciado foi encontrado no interior de sua própria residência, no endereço de sua qualificação.

Abordado e perguntado sobre os fatos, o denunciado confessou a prática delituosa, indicando o local onde escondia a droga, sendo a mesma encontrada no terraço de sua casa, por trás de um tonel, em um saco plástico, contendo, em seu interior, 36 (trinta e seis) papéletes da substância entorpecente denominada maconha, juntamente com uma arma de fogo (pistola calibre trinta e oito) e a quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) fl.51.



239

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



O impetrante afirma que: "Conquanto a douta Juíza entenda pela gravidade do crime ora apurado (consoante consignou em sua decisão de indeferimento), não se pode olvidar que a suposta gravidade do ilícito não constitui motivos para recusa da concessão de liberdade provisória" (fls11).

A autoridade coatora informou, às fls. 48/49, que ofertada a defesa preliminar, a denúncia foi recebida designando-se a audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de maio de 2010, às 14:00 h, data mais próxima à época, dentre as disponíveis na pauta de audiências de réus presos.

Diz, ainda, que no dia 08 de setembro do presente ano, o Mutirão Judicial do Sistema Carcerário Estadual TJPE/CNJ, considerando que o paciente encontra-se envolvido em outros processos no Juízo do Recife, inclusive pelo mesmo crime de porte ilegal de arma com condenação, indeferiu o pleito de liberdade formulado pelo paciente.

E que, em 12.11.2009, foi determinada a antecipação da audiência de instrução e julgamento para o dia 25 de fevereiro de 2010 (fl. 49).

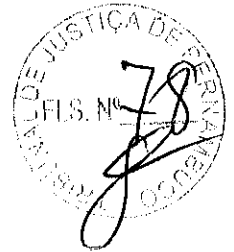
Apesar de o paciente estar preso desde o dia 07.05.09, na hipótese vertente, observo que a instrução criminal afigura-se dentro dos parâmetros da razoabilidade ante as circunstâncias do caso concreto.

Analisando a decisão de fl. 36, que negou o pedido de liberdade provisória, não vislumbro ausência de fundamentação, embora a análise seja sucinta. O douto Magistrado de 1º Grau avaliou a legalidade da prisão em flagrante do Paciente, a alegação de excesso de prazo, e, quanto à necessidade de permanência da custódia cautelar, concluiu pelo indeferimento do benefício da liberdade provisória ao Paciente ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS, mesmo admitindo que, com o advento da Lei 11.464/07, foi afastado o óbice legal imposto pelo art. 44 da Lei 11.343/06. O Juiz monocrático registra os maus antecedentes do réu, ora Paciente, envolvido em outros processos na Comarca do Recife, inclusive pelo mesmo crime de porte ilegal de arma, e com uma condenação. Assinala que a conduta reiterada do réu na prática de delitos é "sinal que tem personalidade voltada para o



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

240



crime e denota claramente que a sua segregação é necessária para a garantia da ordem pública”.

A douta Procuradoria de Justiça juntou aos autos informações do *sítio eletrônico* deste Tribunal de Justiça, constando contra o Paciente ERIVELTON CAJUEIRO DE BARROS, condenação por crime de roubo, transitada em julgado no dia 03.10.2006 (fls. 68).

Constata-se, assim, a periculosidade do Paciente, evidenciada em dados concretos, justificando-se a decretação da custódia no Processo originário para a garantia da ordem pública.

O paciente foi preso em flagrante, sendo posteriormente decretada a sua prisão preventiva, não existindo afronta ao princípio da presunção de inocência, eis que legal a manutenção da segregação cautelar quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP, conforme jurisprudência do STJ:

“A prisão cautelar pode ser decretada sempre que necessária, e mesmo por cautela, não caracterizando afronta ao princípio constitucional da inocência” (STJ, ROHC 8.385-SP, Rel. Min. Gilson Dipp – 5ª T. J. 13.4.99).

Em Consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal de Justiça, acostados aos presentes autos em 04 (quatro) laudas, verifico que a última movimentação se refere à antecipação da Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25.02.2010.

Assim, o processo transcorre com a regularidade possível, não podendo ser atribuído nenhum retardo da instrução criminal à desídia do Juiz processante, que vem dando regular andamento à ação penal, como se vê nas informações prestadas às fls. 48/49.

Não é demais lembrar que os prazos processuais não são peremptórios, podendo ser alongados ante as circunstâncias do caso concreto.

Nesse sentido, colaciono entendimento do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

241



"Ainda que a lei processual estabeleça prazos mínimos para o encerramento da formação da culpa na hipótese de ação penal em que são denunciados réus sob custódia preventiva, a ultrapassagem desse prazo não constitui constrangimento ilegal, nos casos em que o processo, pelas suas peculiaridades, revela acentuada complexidade, seja pela pluralidade de réus, seja em face da colheita de provas (RT 749/614)".

Quanto ao pedido de absolvição sumária relativa ao crime de posse de arma de fogo, é pacífico que no alcance restrito do *writ*, é impraticável o exame aprofundado da prova tendente a afirmar convicção no sentido de que "a conduta relatada pelos policiais remonta ao tipo penal incriminador do art. 12, do Estatuto do Desarmamento, qual seja, **POSSE** ilegal de arma de fogo e não **PORTE**, tal qual estampado na denúncia" (fls.14).

A propósito, socorre-nos o entendimento oriundo do STJ, *in verbis*:

"(...) Habeas Corpus. O Habeas Corpus não é meio adequado para o revolvimento do campo probatório. Pedido denegado".

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 05 de 02 de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator